

## INTRODUÇÃO

Nós, do Tabelionato Koerner de Notas e Protesto de Luís Eduardo Magalhães, atuamos em plena consonância com a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), e atos normativos respectivos, em especial o Provimento Conjunto CGJ/CCI nº 03/2021 e Aviso Circular Conjunto nº CGJ/CCI-11/2021 do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, sendo nosso compromisso zelar pela proteção de dados pessoais com fundamento no respeito à privacidade, à autodeterminação informativa, à liberdade de expressão, informação, comunicação e opinião, à inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem, e dos direitos humanos.

Neste sentido, destacamos que todos os dados pessoais recebidos no exercício do nosso serviço público visam a dar substrato para qualificação, lavratura, correção e arquivamento dos atos notariais e de protesto, do que desenvolvemos a presente POLÍTICA DE PRIVACIDADE para demonstrar o nosso compromisso com a valorização da privacidade e da proteção dos dados pessoais dos nossos usuários.

Esta POLÍTICA DE PRIVACIDADE tem por objetivo além de estabelecer o programa interno de governança em privacidade (anexo I), o plano de resposta a incidente de segurança (anexo II), visa informar, de forma transparente e segura, como os dados pessoais coletados serão tratados, compartilhados e armazenados para organização e realização da nossa atividade notarial e de protesto.

Esta POLÍTICA foi idealizada pela Tabeliã de Notas e Protesto de Luís Eduardo Magalhães com a finalidade de adequar suas atividades institucionais com a legislação referente à privacidade e proteção de dados pessoais no Brasil, especificamente a Lei Federal nº 13.709/18 (LGPD), assim como outras leis e normas estaduais da Bahia.

Buscamos redigir a presente POLÍTICA DE PRIVACIDADE de modo simples e acessível para que você, usuário do nosso serviço, possa compreender o tratamento realizado, a sua finalidade, adequação e necessidade frente aos dados pessoais coletados no exercício da nossa atividade.

Dessa forma, ao acessar nosso site ou utilizar nossos serviços, solicitamos que você faça a leitura dessa POLÍTICA para que possa compreender as práticas relacionadas à proteção de seus dados pessoais praticadas pelo Tabelionato de Notas e Protesto de Luís Eduardo Magalhães.

## **COLETA DOS DADOS PESSOAIS**

Dados pessoais são todas as informações relacionadas as pessoas naturais identificadas ou identificáveis (art. 5º, I, LGPD) que são coletados por este Tabelionato através da utilização do nosso serviço presencial ou eletrônico por meio do nosso site ou canais eletrônicos de comunicação.

Tais informações são fornecidas por você, usuário do nosso serviço, ao enviar uma mensagem, ou a fornecer um documento, por exemplo.

## **TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS**

O tratamento dos dados pessoais configura-se como toda operação de coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle de informação dos dados pessoais (art. 5º, X, LGPD).

No âmbito do Tabelionato Koerner tal tratamento é realizado pelos prepostos/colaboradores do serviço notarial e de protesto de forma a cumprir às obrigações legais (Lei Federal nº 6.015/73, Lei Federal nº 8.935/94 e Lei Federal nº 9.492/97), às determinações de ordem de autoridades públicas e às requisições particulares de certidões.

## **FINALIDADE, ADEQUAÇÃO E NECESSIDADE DO TRATAMENTO**

O Tabelionato Koerner exerce a atividade de tratamento dos atos pessoais com única e exclusiva finalidade de cumprir as prescrições normativas, especialmente insculpidas nas Leis Federais de nº 6.015/73, 8.935/94 e 9.492/97.

No âmbito notarial o Koerner atua para formalizar juridicamente da vontade das partes, para intervir nos atos e negócios jurídicos para dar forma legal, para autenticar fatos, para lavrar escrituras e procurações públicas, para lavrar testamentos públicos e aprovar os cerrados, para lavrar atas notariais, para reconhecer firmas e para autenticar cópias.

## **POLÍTICA DE PRIVACIDADE**

No âmbito do protesto a atuação refere-se à promoção da lavratura e do registro do protesto de títulos e outros documentos de dívida, garantindo a sua publicidade, conquanto realizando os atos e procedimentos necessários e/ou dele decorrentes.

A realização do tratamento dos dados pessoais pelo Tabelionato Koerner espelha propósitos legítimos, específicos, explícitos e transparente ao titular, amparado no art. 7º, II e X, LGPD.

Assim, realiza este Tabelionato adequação da atividade de tratamento de dados pessoais com a finalidade exigida em lei, bem como limita-se a realização do tratamento ao mínimo necessário para realização de sua finalidade, consoante depreende-se do binômio adequação-necessidade da atividade de tratamento (art. 6º, I, II e III, LGPD).

Caso você, usuário do serviço, deseje obter mais informações sobre a finalidade, a adequação e a necessidade acima citadas ou sobre quaisquer outras informações quanto o tratamento dos seus dados pessoais, poderá entrar em contato com o encarregado do Tabelionato Koerner através do e-mail: [abrante.marques@koerner.com.br](mailto:abrante.marques@koerner.com.br) e pelo contato telefônico (77) 3628-1979.

Esse e os demais canais estarão sempre à sua disposição.

### **COMPARTILHAMENTO DE DADOS**

É importante esclarecer que por vezes, os dados pessoais são compartilhados com órgãos e entidades públicas, governamentais, com centrais nacionais e estaduais mantidas pela entidade de classe e entidades representativas da indústria e comércio ou aquelas vinculadas à proteção do crédito.

Notadamente essa difusão e interconexão de dados pessoais é realizada mediante autorização legal (art. 23, §4º, §5º, art. 25, art. 26) e nos estritos limites normativos como no caso de: contratos e convênios legais com entidades particulares e para prevenir fraudes e irregularidades.

Por isso, o Tabelionato Koerner esclarece que, caso seus dados pessoais sejam compartilhados com as organizações legalmente aptas, esse compartilhamento será limitado aos dados pessoais necessários para o exercício da finalidade específica bem como amparado pelo binômio da adequação-necessidade.

## **ARMAZENAMENTO DE DADOS**

Os dados pessoais tratados no Tabelionato Koerner para finalidade notarial e de protesto específica, são mantidos em conformidade com a tabela de temporalidade de documentos prevista no Provimento nº 50 do Conselho Nacional de Justiça.

As informações pessoais que processamos para qualquer propósito dentro na nossa atividade são mantidas por tempo indeterminado, necessárias para o cumprimento das finalidades normativas.

Assim, no serviço público desenvolvido por este Tabelionato, em observância a lei, não excluimos os dados pessoais, primeiro, como já relatado, por cumprimento de deveres legais, segundo, por serem pertinentes para os atos (notariais ou de protesto) e, terceiro para cumprir deveres legais (informações a terceiros para fins de prevenção de fraude).

O Tabelionato Koerner esclarece que a inutilização dos documentos, quando possível, será realizada de forma a impedir a identificação dos dados pessoais neles contidos.

## **SEGURANÇA NO TRATAMENTO E ARMAZENAMENTO DOS DADOS PESSOAIS**

O Tabelionato Koerner informa que adota todas as medidas de segurança, técnica e administrativa aptas a proteção dos dados pessoais dos usuários dos seus serviços, que dispões de padrões de tecnologia da informação para garantir a segurança, integridade e disponibilidade dos dados para continuidade do seu serviço (Provimento nº 74, CNJ).

Ainda, esclarece que exerce proteção dos dados pessoais de forma a garantir a inviolabilidade de acessos ao sistema do Tabelionato de pessoas não autorizadas e de situações acidentais ou ilícitas.

## **DIREITO DOS TITULARES DOS DADOS**

A titular do Tabelionato Koerner assegura aos titulares de dados pessoais todos os direitos previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, sendo eles: (a) confirmação do tratamento de seus dados pessoais; (b) acesso aos dados pessoais tratados aos titulares dos dados; (c) correção de dados pessoais incompletos, inexatos

## **POLÍTICA DE PRIVACIDADE**

ou desatualizados, através de procedimento extrajudicial ou judicial previsto na legislação específica.

### **ENCARREGADO SOBRE A PROTEÇÃO DE DADOS**

Se você acredita que seus dados pessoais foram utilizados de maneira incompatível com essa POLÍTICA ou com as suas escolhas, ou, ainda, se você tiver outras dúvidas, comentários ou sugestões relacionadas a essa POLÍTICA DE PRIVACIDADE, entre em contato, por meio do seguinte canal de contato: [abrante.marques@koerner.com.br](mailto:abrante.marques@koerner.com.br) e pelo contato telefônico (77) 3628-1979.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente POLÍTICA DE SEGURANÇA, visa de forma clara e atualizada fornecer informações acerca da previsão legal, finalidade, procedimento e práticas adotadas pelo Tabelionato Koerner para proteção dos dados pessoais.

A Tabeliã se compromete em responder, sempre que solicitadas, em prazo razoável, informações claras e adequadas a respeito dos critérios e dos procedimentos utilizados perante do tratamento dos dados pessoais no exercício do serviço notarial e de protesto do Tabelionato Koerner.

Ainda, no exercício da sua função, a Tabeliã tem por obrigação, solicitar, informações e/ou documentos complementares para que possa comprovar a sua identidade, buscando impedir fraudes.

Em alguns casos, o Tabelionato Koerner poderá negar, por meio de nota fundamentada, as solicitações de certidões e informações formuladas em bloco, relativas a registros e atos notariais relativos ao mesmo titular de dados pessoais ou a titulares distintos, quando as circunstâncias da solicitação indicarem a finalidade de tratamento de dados pessoais, pelo solicitante ou outrem, de forma contrária aos objetivos, fundamentos e princípios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

O Tabelionato Koerner, na busca da melhoria continuada de sua atividade, reserva o direito de atualização corriqueira da presente POLÍTICA DE SEGURANÇA.

Abaixo relaciona-se como seus dados pessoais são tratados em cada uma das nossas atividades e atribuições:

**SETOR FINANCEIRO E DE RECURSOS HUMANOS**

Previsão legal	Normações legislativas, administrativas, regulatórias e contratuais esparsas.
Dados coletados	nome, nacionalidade, naturalidade, estado civil, filiação, data de nascimento, sexo, profissão, raça, número do documento de identidade, número do CPF/ME, nome do cônjuge/companheiro, certidão de nascimento/casamento, dados da União Estável, domicílio e residência, nome dos dependentes, número de telefone, título de eleitor, Reservista, PIS, Carteira de Trabalho, CBO, endereço de e-mail, deficiência, dados bancários, biometria, dados do óbito, certidões de antecedentes criminais da polícia civil estadual e federal, dados coletados através de documentos e declarações fornecidos pela pessoa requerente.
Finalidade	Análise de currículos; contratação e demissão de prepostos celetistas e jovem aprendiz; exames de admissão, demissão e periódicos, previstos na legislação do trabalho; elaboração e pagamento de folha salarial e de férias; emissão de declarações fiscais e recolhimento de tributos; capacitação profissional; emissão de Nota Fiscal Eletrônica; transferência bancária para usuários e fornecedores; contratação de fornecedores de bens e serviços; emissão/baixa/cancelamento de boletos, etc.
Compartilhamento	Possibilidade de compartilhamento com diversos órgãos e entidades públicas ou privadas, a depender do caso, p. ex., escritório de contabilidade, E-Social, Prefeitura do Município de Luís Eduardo Magalhães, clínica de medicina ocupacional, empresas de intermediação do jovem aprendiz, Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Portal Justiça Aberta do Conselho Nacional de Justiça, Vale Alimentação e plano odontológico. Não há compartilhamento internacional.
Armazenamento	respeitados os requisitos de segurança determinados pela Corregedoria Nacional de Justiça.
Eliminação	Pode haver.

**ARMAZENAMENTO EM MÍDIA (BACKUP EM NUVEM) DE TERCEIRO**

Previsão legal	Art. 3º, §3º, Provimento CNJ nº 74/2018.
Dados coletados	Dados pessoais armazenados na serventia, dados coletados através de documentos e declarações fornecidos pela pessoa requerente.
Finalidade	Os dados são transmitidos via internet para armazenamento seguro em “nuvem”.
Compartilhamento	Os dados são enviados à empresa contratada pelo Tabelionato Koerner, sujeita aos deveres e responsabilidades previstos na LGPD. Não há compartilhamento internacional.
Armazenamento	Sim, respeitados os requisitos de segurança determinados pela Corregedoria Nacional de Justiça
Eliminação	Não

**RESPOSTA A SOLICITAÇÃO DE AUTORIDADE PÚBLICA**

Previsão legal	Artigo 30, incisos III e XII, da Lei Federal nº 8.935/94.
Dados coletados	Busca no acervo da Serventia, à vista dos critérios apresentados pela autoridade requisitante.
Finalidade	Responder os ofícios com as informações solicitadas, envio de certidão de atos notariais e de protesto ou documentos arquivados.
Compartilhamento	Sim.
Armazenamento	Não se aplica.
Eliminação	Não se aplica.

**APOSTILAMENTO DE DOCUMENTOS**

Previsão legal	Art. 6º, II, Resolução CNJ nº 228/16.
Dados coletados	Nome, número do documento de identidade, número do CPF/ME, número de telefone para contato e endereço de e-mail, dados coletados através de documentos e declarações fornecidos pela pessoa requerente.
Finalidade	Instruir o requerimento, efetuar o cadastro informático no Sistema APOSTIL, do Conselho Nacional da Justiça, emitir a Apostila de Haia e arquivamento.
Compartilhamento	Há compartilhamento com o Conselho Nacional de Justiça, através do sistema APOSTIL. Não há compartilhamento internacional.
Armazenamento	Sim, respeitados os requisitos de segurança determinados pela Corregedoria Nacional de Justiça.
Eliminação	Não.

**PROCURAÇÕES/SUBSTABELECIMENTOS PÚBLICOS**

Previsão legal	Art. 7º, inciso I, da Lei Federal nº 8.935/94; Art. 190 a 196 do Código de Normas do Estado da Bahia.
Dados coletados	Quanto ao(s) outorgante(s): nome, nacionalidade, profissão, número do documento de identidade, número do CPF/ME, estado civil, nome do cônjuge, certidão de nascimento/casamento, domicílio e residência. Quanto ao(s) outorgado(s): dados pessoais necessários para sua identificação, dados coletados através de documentos e declarações fornecidos pela pessoa requerente.
Finalidade	Efetuar a qualificação notarial; cadastro no sistema interno/e-notariado; lavrar ato no livro de notas; emissão do traslado.
Compartilhamento	Há compartilhamento com a Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados – CENSEC (Provimento CNJ nº 18/2012), com as Juntas Comerciais (Provimento CNJ nº 42/2014), com o COAF (Provimento CNJ nº 88/2019) e com a Receita Federal (Instrução Normativa RFB nº 1112/2010). Nos casos de lavratura de substabelecimento, renúncia ou revogação de procuração, os dados são compartilhados com o tabelião que houver lavrado o ato substabelecido, renunciado ou revogado, art. 195 a 196 do Código de Normas do Estado da Bahia.

**POLÍTICA DE PRIVACIDADE**

Armazenamento	Sim, respeitados os requisitos de segurança determinados pela Corregedoria Nacional de Justiça.
Eliminação	Não.

**ESCRITURAS PÚBLICAS**

Previsão legal	Art. 7º, I, Lei nº 8.935/94; Prov. CNJ nº 100/2020; Art. 116 a 218 do Código de Normas do Estado da Bahia.
Dados coletados	Nome, nacionalidade, profissão, número do documento de identidade, número do CPF/ME, estado civil, nome do cônjuge, certidão de nascimento/casamento, domicílio e residência, outros documentos necessários que possam conter dados pessoais, dados coletados através de documentos e declarações fornecidos pela pessoa requerente. Pode haver a coleta de dados sensíveis.
Finalidade	Efetuar a qualificação notarial; cadastro no sistema interno/e-notariado; lavrar ato no livro de notas; emissão do traslado.
Compartilhamento	Há compartilhamento com a Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados – CENSEC (Provimento CNJ nº 18/2012), a Receita Federal, quando houver transmissão imobiliária (Instrução Normativa RFB nº 1.112/10); aos órgãos públicos quanto a prevenção de fraude. Não há compartilhamento internacional.
Armazenamento	Sim, respeitados os requisitos de segurança determinados pela Corregedoria Nacional de Justiça.

**TESTAMENTOS PÚBLICOS/ APROVAÇÃO DE TESTAMENTO CERRADO**

Previsão legal	Art. 7º, II, Lei nº 8.935/94; Prov. CNJ nº 100/2020; Art. 222 a 227 do Código de Normas do Estado da Bahia.
Dados coletados	Nome, nacionalidade, profissão, número do documento de identidade, número do CPF/ME, estado civil, nome do cônjuge, certidão de nascimento/casamento, domicílio e residência, nome do cônjuge, nome dos filhos, filiação, naturalidade, data de nascimento, outros documentos necessários que possam conter dados pessoais, dados coletados através de documentos e declarações fornecidos pela pessoa requerente. Pode haver a coleta de dados sensíveis.
Finalidade	Efetuar a qualificação notarial; cadastro no sistema interno/e-notariado; lavrar ato no livro de notas; emissão do traslado.
Compartilhamento	Há compartilhamento com a Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados – CENSEC (Provimento CNJ nº 18/2012). Não há compartilhamento internacional.
Armazenamento	Sim, respeitados os requisitos de segurança determinados pela Corregedoria Nacional de Justiça.

**ATA NOATRIAS**

Previsão legal	Art. 7º, III, Lei nº 8.935/94; Prov. CNJ nº 100/2020; Art. 218 e seguintes do Código de Normas do Estado da Bahia.
Dados coletados	Nome, nacionalidade, profissão, número do documento de identidade, número do CPF/ME, estado civil, nome do cônjuge,



## POLÍTICA DE PRIVACIDADE

	certidão de nascimento/casamento, domicílio e residência, outros documentos necessários que possam conter dados pessoais, dados coletados através de documentos e declarações fornecidos pela pessoa requerente. Pode haver a coleta de dados sensíveis.
Finalidade	Efetuar a qualificação notarial; cadastro no sistema interno/e-notariado; lavrar ato no livro de notas; emissão do traslado.
Compartilhamento	Há compartilhamento com a Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados – CENSEC (Provimento CNJ nº 18/2012). Não há compartilhamento internacional.
Armazenamento	Sim, respeitados os requisitos de segurança determinados pela Corregedoria Nacional de Justiça.
Eliminação	Não.

### **CERTIDÕES DE ATOS NOTARIAIS**

Previsão legal	Art. 6º, inciso II, da Lei Federal nº 8.935/94; Art. 228 e seguintes do Código de Normas do Estado da Bahia.
Dados coletados	Nome, número do documento de identidade, número do CPF/ME, número de telefone para contato e endereço de e-mail, dados coletados através de documentos e declarações fornecidos pela pessoa requerente.
Finalidade	Efetuar a qualificação notarial; cadastro no sistema interno e instruir requerimento.
Compartilhamento	Não há previsão de compartilhamento.
Armazenamento	Sim, respeitados os requisitos de segurança determinados pela Corregedoria Nacional de Justiça.
Eliminação	Não.

### **ABERTURA DE CARTÃO DE ASSINATURA/RECONHECIMENTO DE FIRMA**

Previsão legal	Art. 7º, inciso IV, da Lei Federal nº 8.935/94; Provimento CNJ nº 100/2020; Art. 249 a 263 seguintes do Código de Normas do Estado da Bahia.
Dados coletados	Nome, nacionalidade, profissão, estado civil, número do documento de identidade, número do CPF/ME, certidão de casamento (no caso de alteração de nome), foto, domicílio e residência, telefone e e-mail, dados coletados através de documentos e declarações fornecidos pela pessoa requerente.
Finalidade	Efetuar a qualificação notarial; cadastro no sistema interno/ e-notariado; abertura ficha-padrão; lavrar reconhecimento de firma.
Compartilhamento	Envio de imagem do cartão de assinatura e documento de identidade a Tabelião de Notas, nos termos do art. 18, §1º, do Provimento CNJ nº 100/2020.
Armazenamento	Sim, respeitados os requisitos de segurança determinados pela Corregedoria Nacional de Justiça.
Eliminação	Não.

### **AUTENTICAÇÃO DE CÓPIA**

## POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Previsão legal	Art. 7º, inciso V, da Lei Federal nº 8.935/94; Provimento CNJ nº 100/2020; Art. 235 a 282 do Código de Normas do Estado da Bahia.
Dados coletados	Não há coleta de dados pessoais. O usuário apresenta o documento, cuja cópia pretende autenticar, efetuamos e qualificação notarial e praticamos o ato.
Finalidade	Conferir o valor probante de original ao documento autenticado (art. 425, III, CPC)
Compartilhamento	Não.
Armazenamento	Não.
Eliminação	Não se aplica.

### **CERTIFICADO E-NOTARIADO**

Previsão legal	Provimento CG nº 11/2010; Provimento CNJ nº 100/2020; Art. 280 e seguintes do Código de Normas do Estado da Bahia.
Dados coletados	Nome, nacionalidade, profissão, estado civil, número do documento de identidade, número do CPF/ME, número de telefone, domicílio e residência, fotografia e biometria, documentos coletados pela pessoa requerente.
Finalidade	Efetuar a qualificação notarial; Cadastro no E-Notariado; Emissão de certificado.
Compartilhamento	Há compartilhamento com o Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal.
Armazenamento	Sim, respeitados os requisitos de segurança determinados pela Corregedoria Nacional de Justiça. Não há compartilhamento internacional.
Eliminação	Não.

### **PROTOCOLO/INTIMAÇÃO/LAVRATURA DE PROTESTO**

Previsão legal	Art. 10, Lei nº 8.935/94; Art. 1º e seguintes, Lei nº 9.492/97; Art. 317 a 417-A, do Código de Normas do Estado da Bahia.
Dados coletados	Quanto ao devedor: nome, número do documento de identidade, número do CPF/ME, domicílio e residência, e-mail e telefone. Quanto apresentante/credor: nome, número do documento de identidade, número do CPF/ME, domicílio e residência, e-mail e telefone, dados bancários do portador (nº e nome do banco, nº da agência e da conta). Quanto ao título: espécie, motivo, existência ou não de endosso e sua espécie, data da emissão, data do vencimento, o tipo de vencimento, nº do documento, a praça de pagamento em Luís Eduardo Magalhães – BA, valor original da dívida, o valor à protestar, nº de parcelas, indicar se o protesto é para fins falimentar.
Finalidade	Efetuar o apontamento/intimação/ do título; cadastro no sistema interno; lavrar ato no livro de protesto; efetuar cancelamento e sustação do protesto.
Compartilhamento	Há compartilhamento com as entidades representativas da indústria e do comércio ou àquelas vinculadas à proteção do crédito; ao CENPROT Nacional e Estadual; aos órgãos públicos quanto a prevenção de fraude. Não há compartilhamento internacional.

## **POLÍTICA DE PRIVACIDADE**

Armazenamento	Sim, respeitados os requisitos de segurança determinados pela Corregedoria Nacional de Justiça.
---------------	---